

Um depoimento que compromete ainda mais o candidato do PRN

O depoimento mais contundente até agora contra a administração do ex-governador Fernando Collor de Mello, candidato à Presidência da República pelo PRN, foi prestado perante a CPI da Assembleia Legislativa que investiga a queda na arrecadação de ICM do Estado. Num tom emocionado, que chegou às lágrimas, a procuradora do Patrimônio do Estado, Evelina Cox de Medeiros, disse que foi vítima de uma "cilada" montada por assessores próximos ao governador, entre os quais o chefe do Gabinete Civil, Cláudio Vieira, que a levou a assinar uma petição através da qual foi solicitada a "juntada e homologação" do acordo feito entre o Estado de Alagoas e 19 usinas de açúcar ligadas à poderosa cooperativa dos Usineiros.

O acordo, considerado lesivo aos interesses do fisco estadual, estabelece que o Estado deve devolver em dez anos mais de NCz\$ 100 milhões aos usineiros.

O acordo já havia sido denunciado perante a CPI pelo ex-procurador-geral do governo Collor, Daniel Quintela, que alegou sua recusa em participar de sua homologação, como motivo para sua renúncia ao cargo, em julho do ano passado. Em seu depoimento, Quintela disse que o acordo poderia ser feito em outras bases e, nos termos em que foi aceito (sem questionar o débito alegado pelos usineiros em outras instâncias judiciais), comprometia a economia do Estado, já que as usinas de açúcar e as destilarias de álcool representam uma parcela significativa da receita de ICM de Alagoas. No depoimento, Quintela afirma que o acordo foi endereçado à Justiça, para homologação, aproveitando-se do fato de que ele se encontrava fora do Estado.

A procuradora Evelina Cox de Medeiros disse que foi chamada pelo chefe do Gabinete Civil, Cláudio Vieira, para assinar a petição que encaminharia o acordo à Justiça para homologação. "Usaram o nome dele", afirmou ela, explicando que o chefe do Gabinete Civil dissera que a ordem para que ela assinasse a petição partia do próprio Daniel Quintela, que estava viajando.

"Quis ler o acordo, mas ele era muito

volumoso e o chefe do Gabinete Civil disse que o prazo para ser enviado à Justiça era de menos de 24 horas." Ela disse então que se contentou com um relato sobre o acordo feito pelo consultor-geral do Estado, Mário Jorge Uchoa. "Foi coisa de 10 minutos para que eu assinasse o requerimento ao juiz pedindo que ele aceitasse a juntada e a homologação", declarou.

O acordo entre o Estado e as 19 usinas cooperadas, atualmente conhecido como o primeiro acordo (pois houve um segundo com dez usinas e destilarias não-cooperadas), refere-se ao chamado ICM sobre a cana própria, isto é, a cana produzida em terreno próprio das usinas e destilarias. Os usineiros pagavam o ICM ao Estado a partir de um compromisso com os governos anteriores: os governadores defendiam seus interesses junto ao governo federal e eles pagavam o ICM sobre a cana própria. Com os atritos entre eles e Collor de Mello, levaram a questão à Justiça e o STF lhes deu ganho de causa.

O que ocorre é que, segundo os que se opõem aos dois acordos, eles foram firmados sem que se questionasse juridicamente vários de seus aspectos. Outro ponto é o valor dos acordos, superestimados, segundo seus críticos, pela existência de correção monetária sobre correção e juros capitalizados.

Segundo Evelina Cox, ela própria se surpreendeu que, sendo procuradora do Patrimônio do Estado, tivesse sido escolhida para firmar o requerimento, "quando o Estado possui 200 advogados, a maior parte ligados às Procuradorias Judiciária e Fiscal, portanto mais preparados para esse tipo de avaliação", declarou ontem, ao ser entrevistada pela Agência Estado.

Declarando-se "uma eleitora arrependida (ela votou em Collor), como todos deste Estado", a procuradora Evelina Cox, que pertence à Procuradoria desde 82, disse que se considera "enganada", pois assinou o requerimento diante da informação do chefe do Gabinete Civil de que "meu chefe, dr. Daniel Quintela" tinha conhecimento de tudo.